

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2013/2015

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SC001995/2013
DATA DE REGISTRO NO MTE: 19/08/2013
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR042518/2013
NÚMERO DO PROCESSO: 46301.004942/2013-04
DATA DO PROTOCOLO: 16/08/2013

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE XANXERE, CNPJ n. 78.480.316/0001-15, neste ato representado(a) por seu Secretário Geral, Sr(a). ODIR JOSE DA SILVA;

E

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE XANXERE, CNPJ n. 83.677.112/0001-09, neste ato representado(a) por seu Secretário Geral, Sr(a). SERGIO JOAO MARCIO;

SINDICATO DO COM VAR DE GEN ALIM DO ALTO IRANI SC, CNPJ n. 78.508.934/0001-26, neste ato representado(a) por seu Secretário Geral, Sr(a). SERGIO JOAO MARCIO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de agosto de 2013 a 31 de julho de 2015 e a data-base da categoria em 01º de agosto.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **EMPREGADOS NO COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA EM GERAL E COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**, com abrangência territorial em **SC-Abelardo Luz, SC-Faxinal dos Guedes, SC-Galvão e SC-São Domingos**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO****VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/08/2013 a 31/07/2014**

A partir de 01/08/2013, fica instituído o piso salarial da categoria profissional correspondente a R\$ 908,00 (novecentos e oito reais), para todos os integrantes da categoria profissional.

Parágrafo Único: Na ocorrência de reajuste do Piso Salarial Estadual (Inciso III do Artigo 1º da Lei Complementar nº 459/09-SC) durante a vigência desta convenção coletiva, para valor superior aos constantes nesta cláusula, prevalecerá, para todos os efeitos, o maior valor.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL****VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/08/2013 a 31/07/2014**

Os salários dos integrantes da categoria profissional serão reajustados com o índice de 8% (oito por cento) a incidir sobre a parte fixa dos salários vigentes na data de 01/08/2012.

Parágrafo primeiro: O percentual de 8% (oito por cento) corresponde a quitação de toda e qualquer reposição inflacionária devida até 31/07/2013.

Parágrafo segundo: Serão compensados todos os reajustes, aumentos, antecipações e adiantamentos compulsórios e/ou espontâneos concedidos até 31/07/2013. Exceto aqueles descritos no inciso XII da Instrução Normativa nº 01 do T.S.T.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**CLÁUSULA QUINTA - DISCRIMINATIVO DE PAGAMENTO**

Os empregadores fornecerão aos seus empregados discriminativo das parcelas salariais pagas e das respectivas deduções, assim como da contribuição para o FGTS.

CLÁUSULA SEXTA - SUBSTITUIÇÃO

Enquanto perdurar a substituição, que não for meramente eventual, o empregado que substituir fará jus ao salário do substituído, excetuadas as vantagens pessoais, desde que haja ato de designação específico e com prazo previamente determinado.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA SÉTIMA - CHEQUES SEM FUNDO

Não haverá desconto, na remuneração do empregado, da importância correspondente a cheques sem fundo recebidos quando na função de caixa ou assemelhada, desde que cumpridas as normas regulamentares estabelecidas, previamente e por escrito.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA OITAVA - QUEBRA DE CAIXA

Aos empregados que exercem a função de caixa ou assemelhado, haverá remuneração mensal de 20% (vinte por cento) sobre o salário normativo a título de quebra de caixa., ficando o empregado responsável pelas diferenças que ocorrerem.

CLÁUSULA NONA - CONFERÊNCIA DO CAIXA

A conferência de valores em caixa será realizada na presença do operador responsável, quando este for impedido pela empresa de acompanhar a conferência ficará isento das responsabilidades por qualquer erro verificado.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA DÉCIMA - HORAS EXTRAORDINÁRIAS

A jornada extraordinária de trabalho será remunerada com adicional de 70% (setenta por cento) sobre o valor da hora normal.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL NOTURNO

O trabalho noturno será pago com o adicional de 30% (tinta por cento), a incidir sobre a hora diurna.

COMISSÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FÉRIAS, 13º SALÁRIO E AVISO PRÉVIO DOS COMISSIONISTAS

O cálculo das férias, 13º salário e aviso prévio dos comissionistas levará em conta a média dos últimos 9 (nove) meses.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISCRIMINAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS COMISSIONISTAS

Os valores das remunerações recebidas pelos comissionistas nos últimos 12 (doze) meses serão, obrigatoriamente, relacionados no verso da rescisão contratual do empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES A FAZER

O Sindicato dos Empregados no Comércio de Xanxerê compromete-se a solicitar das empresas a apresentação das guias devidamente quitadas da Contribuição Negocial Profissional e Contribuição Sindical, quando da rescisão do contrato de trabalho do empregado.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO PARA A MÃE TRABALHADORA

A empregada que se demitir no prazo de 90 (noventa) dias do retorno de sua licença-maternidade ficará dispensada do

cumprimento do aviso prévio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

Fica dispensado o cumprimento do aviso prévio, dado pelo empregador, no caso de o empregado obter novo emprego antes do respectivo término, sendo-lhe devida, em tal hipótese, a remuneração proporcional aos dias efetivamente trabalhados.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ESTABILIDADE NA PRE-APOSENTADORIA

Serão garantidos o emprego e o salário ao trabalhador, durante os 18 (dezoito) meses imediatamente anteriores à aquisição do direito, ressalvados os casos de motivo disciplinar, e de acordo. Extingue-se o direito após o vencimento do tempo para a aposentadoria.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Durante a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, as empresas abrangidas por esta convenção, poderão instituir a compensação da jornada de trabalho dos empregados, conforme as concessões estabelecidas a seguir:

§ 1º - A presente cláusula é válida somente para os trabalhadores nas empresas do comércio varejista de gêneros alimentícios, mercados e supermercados.

§ 2º - As horas trabalhadas além da jornada normal não estarão sujeitas o acréscimo salarial, desde que compensadas dentro do prazo 60 (sessenta) dias subsequentes ao fechamento mensal do cartão de ponto.

§ 3º - As horas estabelecidas no parágrafo 2º (segundo), não compensadas no período de 60 (sessenta) dias após o fechamento mensal do cartão de ponto, serão remuneradas como horas extras, com o adicional de 70% (setenta por cento) sobre o valor da hora normal.

§ 4º - As regras constantes desta cláusula não serão aplicadas no trabalho aos domingos, podendo, entretanto, ser compensado nestes dias, por um outro na mesma semana, entendendo-se como tal, a que tem início na segunda-feira e término no domingo, a título de DSR (descanso semanal remunerado).

§ 5º - Nas rescisões contratuais, as horas excedentes realizadas pelo empregado e não compensadas serão pagas como extras, com o adicional de 70% (setenta por cento).

§ 6º - Mensalmente a empresa, anotará no cartão ponto de seus empregados o saldo devedor ou credor de horas, sendo que, no caso de haver saldo devedor pelo empregado, este deverá ser quitado no período de 60 dias a contar da data do fechamento mensal do cartão de ponto. Findo esse prazo, fica a empresa proibida de efetuar qualquer desconto do empregado.

§ 7º - A empresa que eventualmente implantar o sistema de compensação de horas, deverá encaminhar ao Sindicato profissional a comunicação da opção por esta cláusula, no prazo de 15 (quinze) dias da implantação, ressalvada as empresas que já possuem banco de horas, deverão comunicar o Sindicato profissional no prazo de 30 (trinta) dias da homologação da presente convenção no Ministério do Trabalho.

§ 8º - O disposto na cláusula acima, não se aplica às trabalhadoras gestantes e lactantes.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - INTERVALO INTRA-JORNADA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho, no que tange aos supermercados, supre a necessidade de acordo, individual ou coletivo, para dilatação do intervalo intrajornada (art. 71 *caput* da CLT), o qual poderá ser dilatado com limite máximo de 3:00 (três) horas diárias (segunda-feira a sábado), tempo este não computado na jornada de trabalho.

Parágrafo primeiro: será garantida a liberação, as 18:00 (dezoito horas), de estudantes que frequentem cursos à noite, desde que realizados em estabelecimentos oficiais de ensino ou autorizado legalmente e de mães que tenham filhos em creches. Para a liberação, em ambas as situações, deverá o empregado, comprovando a situação, realizar pedido por escrito ao empregador, sendo que no caso dos cursos com antecedência mínima de 72:00 (setenta e duas horas) do início.

Parágrafo segundo: os empregados terão livre acesso ao cartão ponto.

Parágrafo terceiro: visando a regulamentação e o controle da jornada de trabalho dos empregados a empresa elaborará um quadro de horários dos empregados, afixando-o em lugar visível à estes, à Entidade Sindical Profissional e à fiscalização, devendo ocorrer especificação do horário individual dos trabalhadores quando diferenciados.

FALTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ABONO DE FALTAS AO EMPREGADO ESTUDANTE VESTIBULANDO

Serão abonadas as faltas do empregado estudante, nos horários de exames regulares ou vestibulares coincidentes com os de trabalho, desde que realizados em estabelecimentos oficiais de ensino ou autorizado legalmente e mediante comunicação prévia ao empregador, com o prazo de no mínimo 72 (setenta e duas) horas e comprovação oportuna.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ABONO DE FALTAS DO TRABALHADOR

Será abonada a falta do trabalhador no caso de necessidade de acompanhamento em consultas médias ou na internação hospitalar de dependente de até 12 (doze) anos de idade ou inválido, mediante comprovação por declaração médica.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CURSOS E REUNIÕES**

Os cursos e reuniões de trabalho, quando de comparecimento obrigatório, deverão ser realizados durante a jornada normal ou, se fora dela, mediante o pagamento de horas extras.

**FÉRIAS E LICENÇAS
REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS****CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - FÉRIAS PROPORCIONAIS**

Ao empregado que rescindir espontaneamente o seu contrato de trabalho será pago as férias proporcionais ainda que incompleto o período aquisitivo de 12 (doze) meses.

**SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA****CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E INSTRUMENTOS DE TRABALHO**

Serão fornecidos, gratuitamente, aos trabalhadores, quando exigidos por lei ou pelo empregador, todos os equipamentos de proteção individual, bem como uniformes, calçados e instrumentos de trabalho.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**

Os atestados e ou declarações médicas e odontológicas vinculados às entidades profissionais, somente serão aceitos pelas empresas se neles constar data, assinatura e carimbo do CRM ou CRO do emitente e CID (Código Internacional de Doenças).

**RELAÇÕES SINDICAIS
LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS****CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS**

Os dirigentes sindicais da entidade sindical profissional serão liberados para comparecimento em assembleias, congressos, reuniões ou outras atividades sindicais, até 9 (nove) dias por ano, sem prejuízo de suas remunerações, sendo no máximo 1 (um) empregado por empresa e 3 (três) dias por mês, mediante comunicação prévia e por escrito, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência mínima, mediante protocolo ou ar (aviso de recebimento).

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL**

Em cumprimento ao que foi deliberado pelos trabalhadores reunidos em Assembleia Geral Extraordinária nos dias 01, 02, 03 e 04 de julho de 2013, as empresas descontarão de seus empregados a importância equivalente a 4% (quatro por cento) do salário base dos mesmos nos meses de novembro e julho, respectivamente, a título de CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL, recolhendo as devidas importâncias em favor do Sindicato dos Empregados no Comércio de Xanxerê, através de guias próprias fornecidas pelo mesmo, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto.

Parágrafo Primeiro: As empresas enviarão ao Sindicato Profissional, até o dia 30 do mês subsequente ao do desconto, a relação dos empregados contribuintes.

Parágrafo Segundo: O empregado poderá opor-se ao desconto da contribuição negocial, devendo para isto apresentar, individualmente, carta escrita de próprio punho, constando nome completo, CPF, RG, endereço completo, identificação da empresa (nome e cnpj), pelo mesmo portando documento de identificação com foto na secretaria do sindicato dos

empregados no Comércio de Xanxerê ou por via postal mediante aviso de recebimento(AR), no prazo de dez dias da divulgação da presente cláusula, encaminhando cópia da mesma com o recebimento do sindicato ao empregador (Memo Circular n.º 04 GAB/SRT/MTE, 20/01/2006).

Esta cláusula é de total responsabilidade do Sindicato dos Empregados no Comércio de Xanxerê.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

As empresas abrangidas por esta convenção coletiva de trabalho participarão contribuindo com o Sindicato do Comércio Varejista de Xanxerê, e o Sindicato Varejista de Gêneros Alimentícios do Alto Irani SC, de acordo com a alínea "e" do art. 513 da CLT, dos Estatutos Sociais e Assembléia Geral, com a contribuição confederativa, o que se dará na seguinte forma:

Empresas sem empregados	08% do salário normativo
De 1 a 3 empregados	15% do salário normativo
De 4 a 7 empregados	25% do salário normativo
De 8 a 15 empregados	40% do salário normativo
De 16 a 25 empregados	60% do salário normativo
Acima de 25 empregados	80% do salário normativo

A primeira contribuição deverá ser recolhida até o dia 10/10/2013, e a segunda contribuição até o dia 10/05/2014. Em caso de atraso no recolhimento, incidirá multa de 4% (quatro por cento) no primeiro mês e 3% (três por cento) a cada mês subsequente sobre o débito atualizado. A atualização monetária será pela **Taxa Selic** mais 1% (um por cento) de juros ao mês.

Esta cláusula é de total responsabilidade do Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Alto Irani SC e do Sindicato do Comércio Varejista de Xanxerê.

DISPOSIÇÕES GERAIS APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ABRANGÊNCIA 2

Além dos municípios citados na cláusula segunda desta convenção, consideram-se também abrangidos os municípios de: Jupiá, Coronel Martins, Ipuaçu, Bom Jesus e Ouro Verde.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - PENALIDADES, DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES DE FAZER

As empresas pagarão multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da remuneração percebida pelo empregado, pelo descumprimento de obrigações de fazer, decorrentes do presente instrumento normativo, por infração e por empregado atingido.

Paragrafo Unico: Os valores das penalidades do item anterior reverterão integralmente em favor dos empregados prejudicados.

ODIR JOSE DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE XANXERE

SERGIO JOAO MARCIO
SECRETÁRIO GERAL
SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE XANXERE

SERGIO JOAO MARCIO
SECRETÁRIO GERAL
SINDICATO DO COM VAR DE GEN ALIM DO ALTO IRANI SC